

MOÇÕES APROVADAS EM REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA APCEF/SP EM 24.05.2024:

MOÇÃO DE APOIO Á CAIXA 100% PÚBLICA E ESTATAL

Com a desindustrialização crescente o país retrocedeu décadas. Hoje especializou-se na exportação de soja, minérios e carnes. Muitas multinacionais que investiam na indústria nacional deslocaram-se para a Ásia e as que ficaram impõem a importação de insumos e produzem com tecnologia que substitui o trabalho humano por máquinas cada vez mais modernas, precarizando a força de trabalho.

Os setores do agronegócio, mineradoras e madeireiras são os maiores responsáveis pelas queimadas, depredações e destruição dos habitats naturais que, afetando a biodiversidade, causam desequilíbrio ecológico de todos esses ecossistemas; são determinantes pelos desastres ambientais que presenciamos, como a Vale em Mariana e Brumadinho e fazendo sua última vítima a região devastada pelas enchentes do estado do Rio Grande do Sul.

Nesse projeto predatório não cabem as empresas públicas, pois sua base é que todos os setores fiquem disponíveis ao capital e ao sistema financeiro privado que concentrará ainda mais a renda em 1% da população numa verdadeira guerra social.

A Caixa continua sendo privatizada

Depois da entrega dos setores cartões e seguros, as Loterias e o FGTS estão na mira dos bancos privados. Eles exercem um papel social importante e representam mais de 40% das receitas do banco. Em 2023, as Loterias Caixa investiram 39,2% da arrecadação de R\$ 23,4 bi, sendo aplicado R\$ 9,2 bi nas áreas de seguridade social, educação, segurança, cultura e esporte.

Nessa campanha salarial, as entidades do movimento e, em particular a APCEF SP devem pautar o fim da entrega da Caixa ao capital privado e o cancelamento das concessões das áreas de cartões e seguros.

MOÇÃO DE REPÚDIO À AÇÃO DOS GOVERNANTES NA TRAGÉDIA DAS INUNDAÇÕES NO RS:

Os governos do Estado do Rio Grande do Sul e em especial a Prefeitura de Porto Alegre, sabedores de novos episódios de chuvas intensas que retornam à região, não tomaram as providências urgentes como conserto de bombas, comportas e outros sistemas anti inundação e geraram mais sofrimentos recorrentes a população já traumatizada.

É inadmissível que 2/3 do Estado do Rio Grande do Sul esteja em falência estrutural para lidar com as consequências dos fenômenos climáticos na região.

A ciência e os governos locais são conhecedores com antecipação da tragédia ora vivida no Rio Grande do Sul.

É fundamental que ocorra apuração civil e penal por parte do Ministério Público para imputar responsabilidades a quem por incompetência, negligência ou intenção criminal no âmbito da governança executiva de municípios e governo estadual do RS, não agiu para preservar vidas e minimizar danos.

Com a cada vez maior exploração capitalista do planeta e a degradação causada, cada vez mais graves mudanças climáticas têm assolado o mundo. Em particular no Brasil, também o governo federal tem a obrigação de elaborar e apresentar uma avaliação e um plano de atuação prévio à inundações, secas, desmatamento, invasão e exploração de terras indígenas e não apenas ajudar com recursos após vidas e propriedades terem sido perdidos.